

CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

2022

Introdução

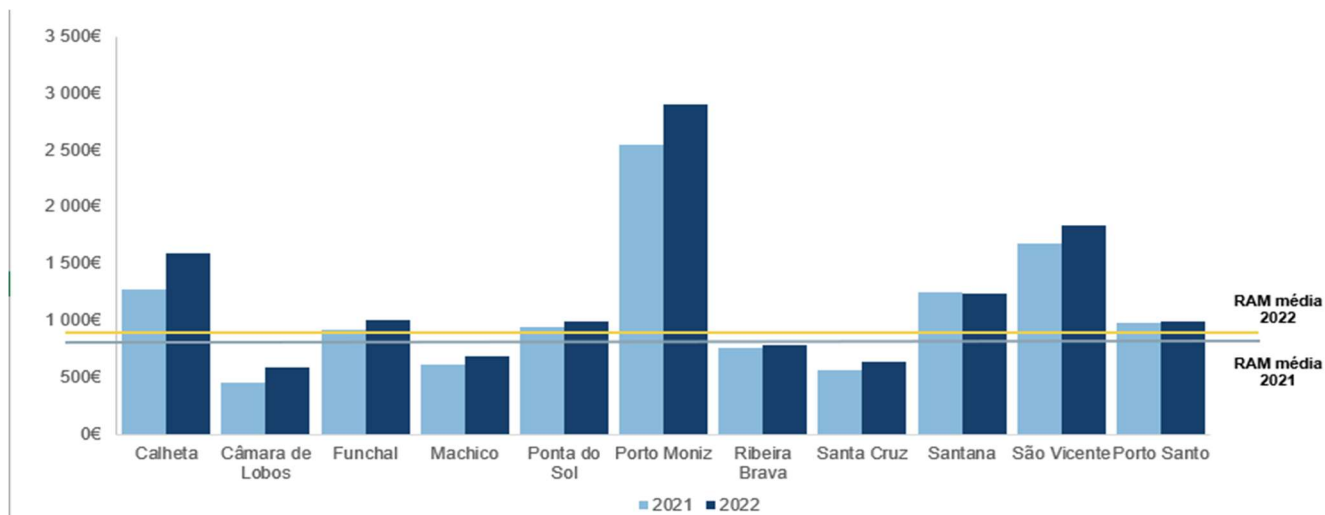
A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje um conjunto de informação referente às Contas da Administração Local da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2022, com valores preliminares. Estes dados são publicados anualmente no “Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira”, estando igualmente disponíveis no portal de internet do Instituto Nacional de Estatística (INE).

De referir que os apuramentos relativos às “Receitas” e “Despesas” das Câmaras Municipais têm subjacente uma base de caixa, daí que possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. No mapa de controlo orçamental das câmaras municipais, não foram consideradas as rubricas relativas às operações extraorçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas “Ativos financeiros” e “Passivos financeiros” correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Principais rácios

No ano de 2022, a receita das operações não financeiras das Câmaras Municipais por habitante na Região foi de 916 euros (827 euros em 2021), atingindo o valor mais alto no município do Porto Moniz, mais concretamente de 2 904 euros (2 550 euros no ano anterior). No polo oposto encontra-se Câmara de Lobos, com receitas por habitante de 584 euros (458 euros no ano precedente). De realçar que o rácio da Região é o mais elevado desde o início da série (2011).

Fig. 1 – Receitas das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2021 e 2022



A relação entre as receitas e despesas das operações não financeiras, que corresponde ao rácio em percentagem entre a primeira e a segunda variáveis, revela um valor de 113,9% em 2022 (+20,5 p.p. em comparação com 2021). No ano em análise, Santa Cruz apresentava a relação entre as receitas e despesas mais elevada (124,4%), seguido do Funchal e Santana (116,1%) e Calheta (115,6%). Em sentido oposto, São Vicente (99,5%), Porto Santo (104,3%) e Ponta do Sol e Câmara de Lobos (107,0%) surgiam com os rácios mais baixos entre receitas e despesas.

Fig. 2 - Relação entre receitas e despesas das Câmaras Municipais da Região, 2022

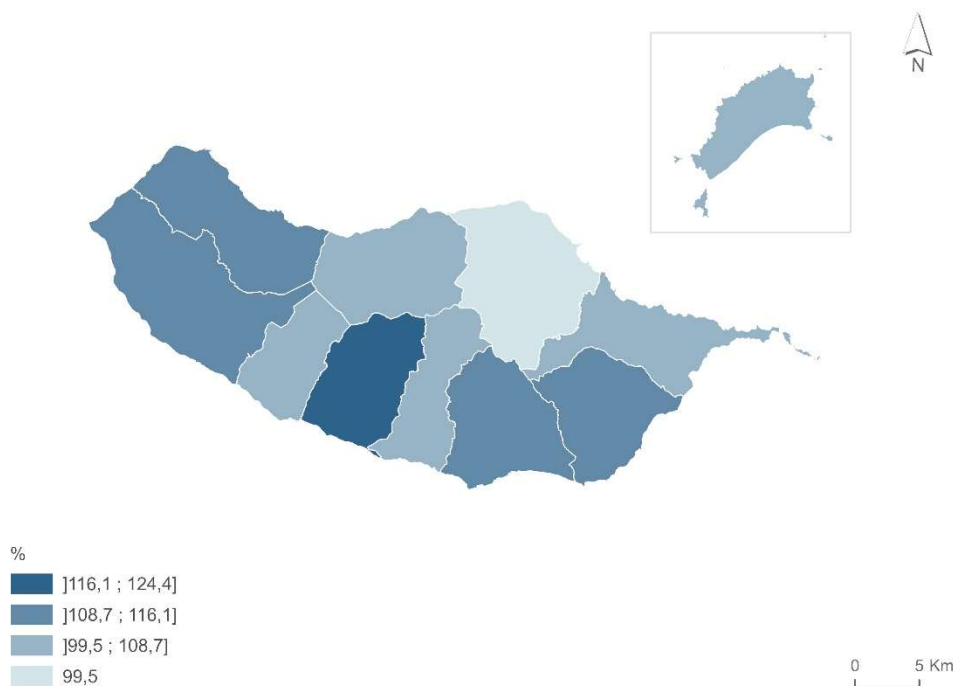
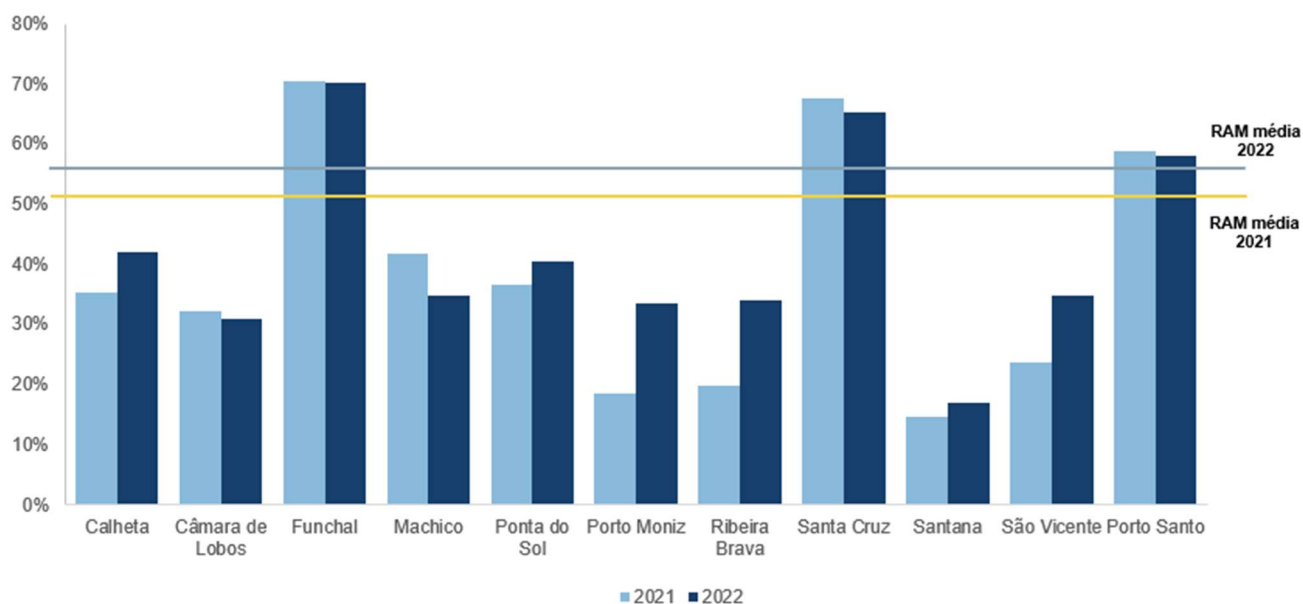
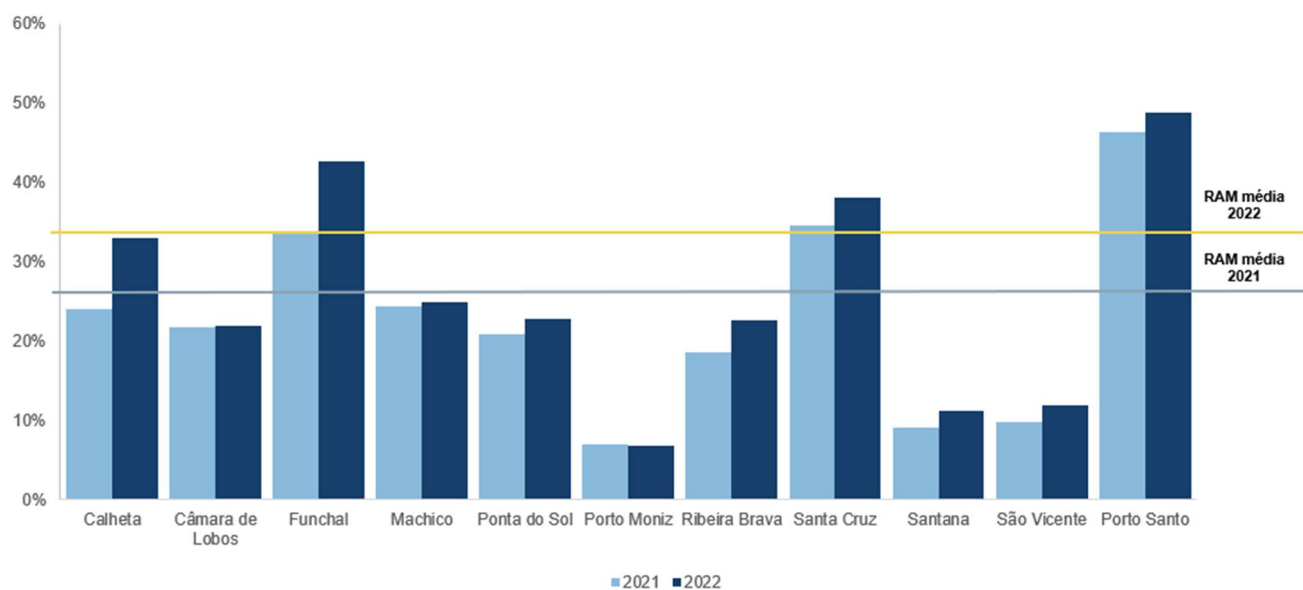


Fig. 3 – Receitas próprias no total da receita das Câmaras Municipais da Região, 2022



Por sua vez, a percentagem de receitas próprias no total de receitas relativamente ao ano transato, aumentaram, passando de 51,7% em 2021 para 55,4%, em 2022. As câmaras dos municípios de maior relevância neste indicador em 2022, foram o Funchal que surgiu com 70,3% de receitas próprias (73,0% em 2021), Santa Cruz com 65,4% (49,6% no ano anterior) e Porto Santo com 58,1% (54,3%). Câmara de Lobos e Santana aparecem na posição inversa, com uma percentagem de receitas próprias mais baixa, de 31,0% e 16,9%, respetivamente (30,1% e 14,3% no ano precedente).

Fig. 4 – Peso dos impostos no total de receitas das Câmaras Municipais da Região, 2021 e 2022

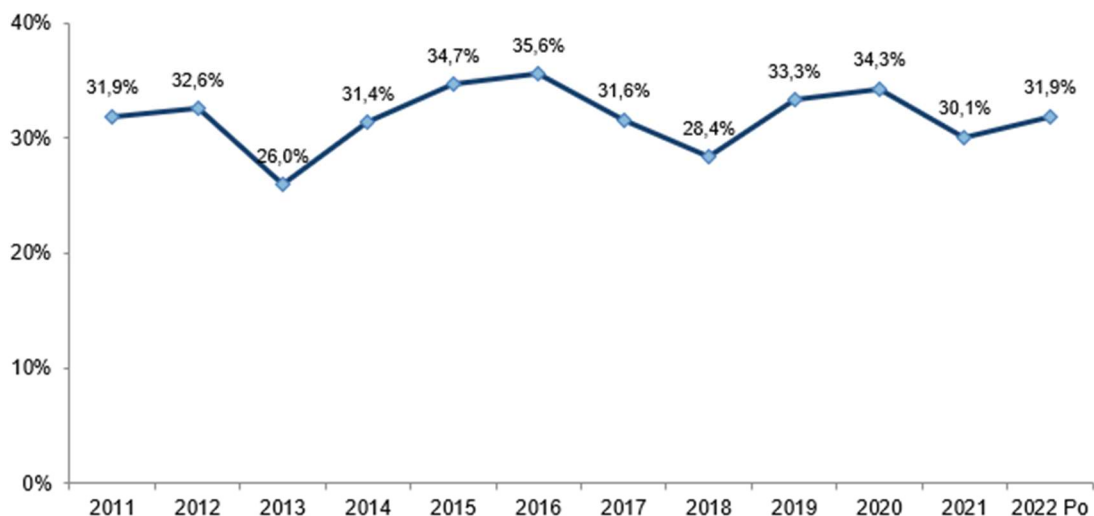


O peso dos impostos nas receitas das operações não financeiras aumentou entre 2021 e 2022, de 28,1% para 33,9%, respetivamente. Para este indicador também são os municípios de maior dimensão que apresentam rácios mais altos, a par do Porto Santo. Assim, em Santa Cruz o peso foi de 38,1% (34,6% em 2021) e no Funchal de 42,6% (33,6% no ano anterior). Já o Porto Santo revela um aumento de 46,3% em 2021, para 48,8% em 2022. O Porto Moniz surge com o menor rácio (6,8% em 2022, 7,0% em 2021).

No domínio das receitas de capital, a participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital foi de 43,4% em 2022 (40,5% no ano anterior). A Calheta lidera este rácio com 65,8% (51,1% em 2021) seguido pelo Funchal 56,0% (64,2% em 2021). Ao longo da série 2011-2022, este rácio apresenta um comportamento bastante irregular nos vários municípios da Região.

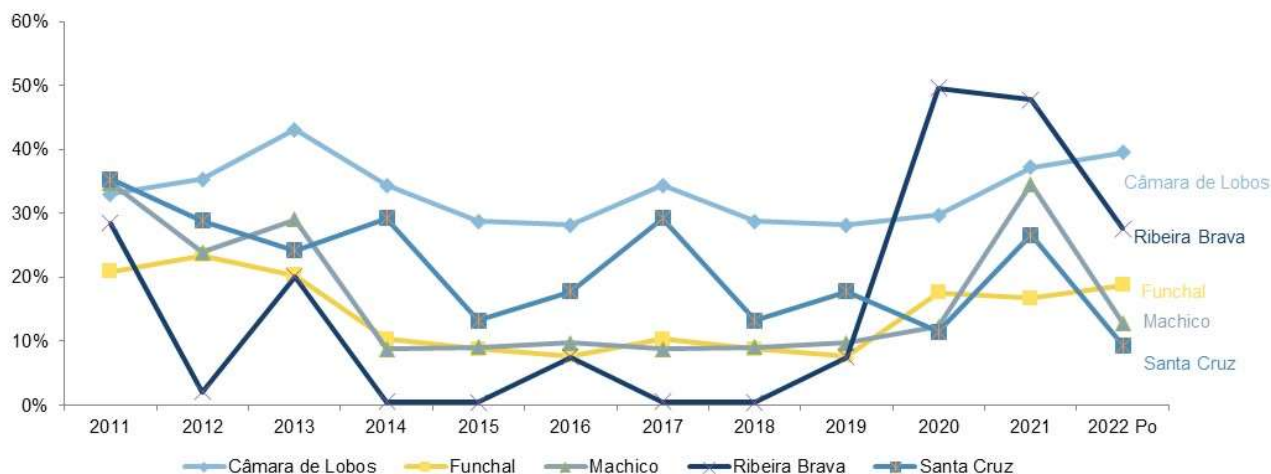
Outro indicador relevante é o das despesas com pessoal no total das despesas, que no ano em análise foi de 31,9% (30,1% em 2021). Em 2022, São Vicente apresentava o rácio inferior (16,2%) e Porto Santo, o superior (49,6%). As Câmaras Municipais de maior dimensão encontravam-se numa posição intermédia, fixando-se este indicador em 24,8% em Câmara de Lobos, 34,1% em Santa Cruz, 35,1% no Funchal e 42,0% em Machico.

Fig. 5 – Despesas com pessoal no total de despesas, 2011 a 2022



A aquisição de bens de capital face ao total de despesas é também um indicador bastante volátil. Registou um valor de 20,6% em 2022 (25,0% no ano precedente). Neste ano, Câmara de Lobos (39,5%), Calheta (28,1%), Ribeira Brava (27,6%), São Vicente (25,5%), Santana (22,4%) e Porto Moniz (21,9%) destacaram-se dos demais, por apresentarem rácios superiores à média regional.

Fig. 6 – Evolução da aquisição de bens de capital no total da despesa das 5 principais Câmaras Municipais da Região, 2011 a 2022



Receita

As receitas totais das Câmaras Municipais da RAM, em 2022, ascenderam aos 232,8 milhões de euros, +12,1% que no ano anterior. Deste total, 91,5% eram receitas correntes e 8,5% de capital. Em 2022, as receitas de natureza corrente aumentaram 14,0% face a 2021, enquanto as de capital diminuíram 4,6%. Por município, o Funchal concentrava 47,4% das receitas correntes do conjunto das Câmaras, seguindo por Santa Cruz com 12,3%.

Uma parte substancial das receitas correntes é proveniente de um agregado de 3 impostos (IUC, IMT e IMI) e da derrama municipal (um imposto que incide sobre o IRC) que, no seu conjunto representaram em 2022, 37,0% do total das receitas correntes, sendo os mais relevantes o IMI e o IMT. Os fundos municipais (que se subdividem em três tipos: o Fundo de Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão), concentram 34,7% do total de receitas correntes. As vendas de bens e serviços também foram importantes, sendo responsáveis por 15,9% daquele total.

Quanto às receitas de capital, no ano em análise, a maioria (59,0%) proveio das transferências de capital.

Despesa

No que concerne à despesa, o seu valor fixou-se nos 204,5 milhões de euros, -8,0% que em 2021. As componentes de despesas correntes e de capital diminuíram face a 2021, em -2,9% e -22,1%, respetivamente. Em 2022, as despesas correntes representavam 77,3% do total da despesa, e as despesas de capital, 22,7%.

Em termos da composição das despesas correntes, as principais fatias são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Em 2022, as despesas com pessoal rondaram os 70,3 milhões de euros (44,4% das despesas correntes), enquanto a aquisição de bens e serviços ascendeu aos 63,8 milhões de euros (40,4% das despesas correntes). A despesa com pessoal aumentou 1,1% face ao ano de 2021, enquanto a aquisição de bens e serviços diminuiu 4,2%.

No que respeita às despesas de capital, no período em análise, o seu valor diz respeito fundamentalmente à aquisição de bens de capital (72,7% do total).

Fig. 7 – Evolução do peso da receita corrente e de capital no total das receitas e da despesa corrente e de capital no total da despesa, 2011 a 2022

